

PALOP estabelecem cooperação

REUNIDOS em Bissau a 23 e 24 de Novembro, os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) estabeleceram as bases e o quadro permanente da cooperação política entre os respectivos Estados.

Cavaco Silva — que se deslocou especialmente a Bissau para assistir à sessão de encerramento — e todos os participantes afirmaram que o encontro assinala o início de uma «nova era».

Os ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Portugal acordaram em sistematizar e institucionalizar a colaboração entre os respectivos Governos: além dos contactos já existentes entre vários Ministérios, os responsáveis da diplomacia dos «Seis» passarão a reunir-se de seis em seis meses e os chefes de Estado ou de Governo realizarão uma cimeira anual.

O primeiro encontro ao mais

alto nível está previsto para 1991, e Cavaco Silva disse esperar que até à próxima reunião ministerial — dentro de seis meses —, «hajam chegado a bom termo os difíceis diálogos de paz em que estão envolvidos angolanos e moçambicanos», para que se possa «avançar decididamente em novos projectos e modelos de cooperação em todos os domínios».

A resolução de Bissau consagra, pois, a criação do «grupo dos Seis» e dá um novo papel ao «grupo dos Cinco», que ficará reduzido a uma vaga solidariedade entre os regimes e os partidos no poder nas ex-colónias portuguesas de África.

«Sem paternalismos»

Segundo uma fonte diplomática portuguesa, os encontros regulares entre os «Seis» têm como finalidade a «troca de informações sobre as respectivas áreas geográficas» e, sobretudo, discutir e elaborar «posições comuns sobre os

grandes temas de actualidade internacional». Também serão estudadas em conjunto as implicações, externas e internas, deste «embrião de política externa comum», nomeadamente no desenvolvimento da cooperação multilateral nas áreas política, económica e social — entre os «Seis», a nível regional e no âmbito da Convenção de Lome.

Em matéria de democratização, o «Continente Negro» parece obedecer à fórmula bíblica segundo a qual «os últimos serão os primeiros», e os PALOP, que foram — com o Zimbábue e Namíbia — os últimos países africanos a tornar-se politicamente independentes, estão agora na vanguarda das mudanças dos regimes de partido único em sistemas pluralistas.

Esta coincidência facilitou a ultrapassagem das «ambiguidades e equívocos do passado» e confere um carácter pioneiro ao estreitamento das relações políticas entre Portugal e os PALOP.

A resolução da reunião de

Bissau salienta que os «Seis» decidiram avançar para formas de cooperação política «sem paternalismos nem confusões ideológicas» por estarem convencidos das vantagens recíprocas para a defesa dos interesses de cada país.

Os PALOP receiam, como todos os países do Terceiro Mundo, uma «maior polarização dos recursos em torno dos objectivos da união europeia de 1993 e da cooperação intraeuropeia». Portugal defende, na Comunidade Europeia, a necessidade de «evitar a marginalização de África perante novos centros de interesse», e na cimeira da CSCE de Paris Cavaco Silva lembrou que os países do Sul devem ser associados, de forma positiva, às mudanças em curso no «Velho Continente».

Da descolonização à política comum

Se os «Cinco» valorizam a importância da informação que pode ser canalizada através de

Lisboa entre os seus países e os grandes centros de decisão a que Portugal tem acesso como membro da Comunidade Europeia, as empresas portuguesas esperam também beneficiar do financiamento de projectos em África, e Cavaco Silva disse que «os 'Cinco' são os melhores defensores dos interesses portugueses» nos fóruns africanos.

A referência que Cavaco Silva fez, no discurso pronunciado na capital guineense, ao «espírito de Bissau» não foi apenas uma alusão histórica de circunstância. O primeiro encontro entre os Presidentes da República portuguesa e da República Popular de Angola — Ramalho Eanes e Agostinho Neto — consagrou a aceitação da «descolonização possível»: ambas as partes reconheciam que o que as unia era mais importante do que o que as separava e que podiam manter relações privilegiadas apesar de opções ideológicas e regimes políticos diferentes.

O apoio à mediação portu-

guesa no conflito angolano e aos esforços de Lisboa para contribuir para a pacificação e o desenvolvimento da África Austral —, reafirmado no comunicado final da reunião dos MNE — é uma expressão do caminho percorrido desde então e que passou, nos últimos anos, por inúmeras iniciativas de cooperação bilateral, a nível estatal, privado e das Organizações não Governamentais (ONG).

Os PALOP, que, há cinco anos, rejeitavam qualquer associação dos sete países lusófonos — incluindo o Brasil e Portugal — considerando que a criação de uma espécie de «Commonwealth» portuguesa era uma ideia neocolonialista incompatível com a defesa da soberania nacional, estimam agora que a «concertação política» com Portugal é a melhor forma de «aprofundar a democracia e a construção de sociedades de paz, liberdade, progresso e justiça social» nos respectivos países.

Nicole Guardiola